

# Relatório de Reunião

---

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Prestação de contas do Governo ano 2025 – 1º Ciclo

— 11/6/2025 — 9 horas



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

# Relatório de Reunião

---

*Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2025, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo de 2025*

Reunião Especial da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Comissão convidada:

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Presidente da reunião: Deputado Raul Belém

Data: 11/6/2025

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

## I – Apresentação

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, tendo como convidada a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, recebeu, em 11/6/2025, Thales Almeida Pereira Fernandes, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que prestou informações sobre a gestão de sua respectiva área de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

**Acesse o vídeo da íntegra da reunião:** [clique aqui](#) para assistir à reunião, ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: [almg.gov.br/fiscaliza](http://almg.gov.br/fiscaliza).

## II – Presenças

**Comissão de Agropecuária e Agroindústria:** Raul Belém (presidente), Dr. Maurício (vice-presidente), Coronel Henrique, Antonio Carlos Arantes (suplente).

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:** Ione Pinheiro (vice-presidenta).

**Poder Executivo:** Thales Almeida Pereira Fernandes, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Demais presenças:** Duarte Bechir, Adriano Alvarenga, Gil Pereira, Arnaldo Silva, Grego da Fundação, Leleco Pimentel e Carol Caram.

## III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram:

### 1) Regulamentação da política estadual de agricultura irrigada sustentável

Os parlamentares enfatizaram o potencial inexplorado da irrigação no Estado e pediram urgência na regulamentação da Lei nº 24.931, de 2024, que institui a política estadual de agricultura irrigada sustentável, dispõe sobre a outorga coletiva do direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências. O secretário assegurou que a pasta está trabalhando na regulamentação da norma, que deve regularizar os barramentos e potencializar a irrigação. Ao final da reunião, informou que o anúncio oficial do decreto de regulamentação está marcado para 24/7/25, em Januária, no Norte de Minas. O município é considerado emblemático por sua localização às margens do Rio São Francisco e pelos benefícios vislumbrados pela facilitação da irrigação na região.

### 2) Revisão dos critérios do licenciamento ambiental

Os deputados celebraram o anúncio de mudanças nos critérios do licenciamento ambiental para os estabelecimentos rurais dedicados à pecuária extensiva e às culturas agrícolas anuais ou perenes, como o café, a soja e o milho. O secretário afirmou que ainda em junho de 2025 deveria ser publicada a norma que isentará os empreendimentos de até 1.000 hectares da obrigação de passar por licenciamento ambiental. Atualmente, essa isenção se limita aos empreendimentos de até 200 hectares. O gestor ressaltou que a mudança não interfere nas restrições relativas às áreas de preservação permanente – APPs –, de reserva

legal ou sujeitas a critérios locacionais especiais para efeitos de licenciamento. Salientou que fica também inalterada exigência de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA – para os empreendimentos acima de 1.000 hectares.

### **3) Regularização fundiária e apoio à agricultura familiar**

Thales Fernandes informou que em 2025 já foram entregues 1.026 títulos fundiários no escopo do Programa de Regularização Fundiária, que abrange áreas de até 100 hectares e tem como público os posseiros de terras devolutas rurais em situação livre de conflito. Ele acredita que até o final de 2026 – ano da conclusão do segundo mandato do atual governo – serão entregues entre 16.000 e 18.000 títulos, o que deve representar uma diferença significativa em comparação com governos anteriores.

Questionado sobre a atuação da secretaria para fomentar a agricultura familiar no Vale do Mucuri e no Norte de Minas, o gestor enfatizou que 85% dos títulos que o governo pretende entregar até 2026 serão para propriedades de até 25 hectares, que beneficiarão principalmente a agricultura familiar. Ele acrescentou que a política de regularização fundiária é essencial para esse público, pois a escritura da terra permite que o agricultor familiar participe de programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA –, acesse empréstimos em instituições financeiras, tenha segurança jurídica e possa até vender sua terra. O secretário deu destaque ao trabalho desenvolvido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, que acompanha os agricultores desde as audiências do Programa de Regularização Fundiária, com vistas a informá-los sobre as políticas a que eles podem ter acesso, e que, posteriormente, oferece orientações técnicas sobre a produção, a gestão e a inserção em mercados.

### **4) Defesa agropecuária**

O secretário celebrou o reconhecimento internacional de Minas Gerais como território de livre de aftosa, o que deve abrir novos mercados para os produtos mineiros, além de gerar economia estimada em R\$700 milhões anuais para os pecuaristas com a dispensa da vacinação. Lembrou que, sem a vacinação, a rastreabilidade do rebanho torna-se o principal instrumento de controle sanitário e salientou a necessidade de que os produtores efetuem seu recadastramento no Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

Os deputados elogiaram a atuação do IMA na condução da crise relacionada à influenza aviária, que envolveu resposta à ocorrência de morte de aves ornamentais em Matheus Leme e a adoção de medidas preventivas em relação aos produtos oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, onde houve um foco da doença em uma granja comercial. Eles demandaram, no entanto, a convocação de excedentes no concurso do IMA. Em resposta, o secretário afirmou que a pasta está avaliando as vagas disponíveis para preenchimento, já que recentemente foram extintos mais de 350 cargos da entidade.

Foram também debatidos os resultados positivos do programa de descentralização da inspeção agropecuária “Diga sim ao SIM” no Estado e o desinteresse do Município de Belo Horizonte de constituir seu Sistema de Inspeção Municipal – SIM. Também os programas educativos sobre defesa sanitária e sobre o papel da agropecuária na economia mineira foram abordados no debate.

## 5) Monitoramento rural

Para os parlamentares, apesar dos avanços, o agronegócio segue vulnerável ao crime organizado. Segundo eles, o alto preço do café atrai a criminalidade, a ponto de estarem ocorrendo casos de furto de pés de café inteiros no Sul de Minas. Os deputados elogiaram a patrulha rural e os esforços da Polícia Militar no atendimento de ocorrências, bem como o projeto “Campo Seguro” e as delegacias especializadas de repressão a crimes rurais, da Polícia Civil. Porém, reivindicaram a instalação de mais delegacias e a convocação de candidatos aprovados em concursos recentes das Polícias Civil e Militar, já que os efetivos atuais não são suficientes para atender todas as demandas do setor.

Os parlamentares também expressaram dificuldades para alocar emendas parlamentares para o monitoramento rural por vídeo. Segundo eles, a Seapa teria informado que não poderia receber o recurso por ser matéria de segurança pública; a Polícia Militar teria alegado ser responsável apenas pela gestão, e não pela aquisição de câmeras; e os sindicatos rurais teriam informado não poder receber recursos para os equipamentos por não terem a segurança pública como sua atividade-fim.

O secretário respondeu que não tinha conhecimento dessa dificuldade específica, mas que outros deputados já haviam conseguido destinar recursos para a compra de câmeras por meio da Seapa. Ele se colocou à disposição para ajudar a viabilizar esses recursos em alinhamento com a Secretaria de Estado de Governo.

Além desses grandes temas, o debate ainda perpassou os seguintes assuntos:

- resultados positivos da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – na agregação de valor aos produtos mineiros, com destaque para a vitivinicultura e para a cultura do cacau;
- sucesso das políticas de distribuição de *kits*-irrigação e *kits*-feira para agricultores familiares, cujo financiamento conta com recursos oriundos de emendas parlamentares;
- insatisfação de empresas leiloeiras com falta de diálogo na elaboração da Portaria nº 2.296, de 2024, do IMA, que estabelece normas e procedimentos para a realização e o controle sanitário de eventos pecuários;
- demanda por energia solar para agricultores familiares e suas associações;
- entraves decorrentes do mapa da Mata Seca, que impõe restrições adicionais ao uso do solo no Norte do Estado;
- necessidade de maior razoabilidade dos órgãos ambientais na aplicação de multas ambientais, considerando as condições socioeconômicas dos infratores;
- possibilidade da alienação de imóveis pertencentes às entidades vinculadas à Seapa como condição para adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;
- dificuldades no controle dos javalis de vida livre, que prejudicam a atividade agrícola e ensejam riscos à sanidade da criação comercial de suínos.

## IV – Compromissos

### Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Publicação, prevista para 26/6/2025, da norma que dispensará de licenciamento ambiental para atividades de pecuária extensiva e culturas anuais com área menor que 1.000ha.
- Publicação, prevista para 24/7/2025, do decreto regulamentador da política estadual de agricultura irrigada sustentável (Lei nº 24.931, de 2024).
- Envio à Assembleia, “o mais rápido possível”, de projeto de lei sobre a rastreabilidade dos rebanhos bovinos, como consequência do reconhecimento do Estado como área livre de febre aftosa sem vacinação.
- Disposição de discutir com a Secretaria de Estado de Governo a viabilização das emendas parlamentares direcionadas para a compra de equipamentos de informática, incluindo câmeras, para o monitoramento rural.

## V – Encaminhamentos parlamentares

### Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

**RQN nº 12.396/2025**: Requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para implementar nos municípios das regiões Norte de Minas, Jequitinhonha, Noroeste e Mucuri, com a maior celeridade possível, o projeto de incentivo ao uso de energia solar em pequenas propriedades rurais desenvolvido pela entidade.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Raul Belém - relator**

Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria